

FLUXOS E REFLUXOS NA TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM DAS SERRAS DO SISTEMA CENTRAL

Palavras-chave: Montanhas, Paisagem, População, Organização territorial e Turismo

Gonçalo Poeta Fernandes

Deptº de Ciências Sociais e da Natureza

Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico da Guarda

goncalopoeta@mail.telepac.pt

Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, nº 50, 6300-559 Guarda

1. Introdução

A apropriação dos territórios de montanha tem sido diferenciada e com significados distintos, no tempo e no espaço, em resultado das suas funções, da exploração dos seus recursos e reservas, da sua acessibilidade, bem como da conotação económica e social a que estão associados. Estes espaços registam uma ocupação complexa e por vezes conflituosa entre conquista e preservação, tradição e mudança, desafio e tranquilidade, grandeza e exiguidade que lhes têm estabelecido diferentes etapas de uso.

Os elementos físicos constituem os aspectos fundamentais na definição e estruturação destes espaços, impondo, pelas suas características geomorfológicas e climáticas, fortes condicionalismos à sua ocupação e ao desenvolvimento de actividades económicas. Face à sua dimensão natural são reservatórios estratégicos de recursos e de diversidade.

Os esforços e sacrifícios que a montanha impõe, as grandes limitações físicas, os baixos rendimentos, o isolamento, a escassez de serviços, são factores que contribuíram historicamente para a saída das suas gentes e para a desarticulação da sua estrutura produtiva e social. Estes aspectos são agravados quando se localizam em regiões interiores, já elas com graves debilidades estruturais. Destacam-se os problemas resultantes da sua deficiente ligação e articulação espacial, bem como o seu afastamento dos espaços metropolitanos ou litorais, de grande desenvolvimento. Com o decorrer dos anos tem-se verificado que muitas das debilidades se mantêm, em função das características físicas e sócio-económicas lugares, bem

como da ausência de uma política específica de intervenção, pese embora alguma melhoria ao nível de acessibilidade e equipamentos.

Na actualidade a mudança tende a ser uma característica dominante da vida social e económica destas áreas, face aos desafios e potencialidades que a montanha encerra, especialmente relacionados com a sua dimensão eco-cultural e a sua função turística. Neste sentido, emergem hoje “novas” vocações ligadas ao seu património natural e histórico-cultural, que tendem a dinamizar estes espaços e a dotá-los de atractividades, possibilitando a manutenção de certas funções, o incremento de população e serviços que promovam a melhoria da qualidade de vida das respectivas comunidades.

A cordilheira central apresenta uma evolução complexa, quer do ponto de vista físico quer humano. A sua área engloba de forma cruzada espaços vincadamente naturais com outros de grande significado histórico e cultural que, pela sua singularidade e assinalável integridade, constituem espaços de grande valor e simbolismo, referentes à estrutura morfológica, à riqueza da fauna e flora, ao património edificado, à dimensão cultural e etnográfica. Há também a assinalar formas de povoamento e sistemas produtivos diversos, de que se destacam as actividades primárias referentes à agricultura e pastorícia que aportam a estes espaços a genuinidade e autenticidade de montanha. A fase mais contemporânea caracteriza-se pela forma como tem sido afectado ao nível da ocupação e dos modos de vida, que se traduz de forma clara na perda de população, a um ritmo acelerado, no declínio das actividades tradicionais e na expansão das actividades turísticas.

A classificação de alguns destes espaços como áreas naturais protegidas tem fortalecido a sua expressão ecológica, com a salvaguarda e preservação da fauna, flora e elementos geomorfológicos singulares, contudo tem condicionado o desenvolvimento sócio-económico das comunidades, potenciando a sua migração.

2. A organização vertical da montanha

Os modos de vida e as formas de ocupação e uso da montanha apresentam diferenciações significativas ao longo do ano. A dureza das condições naturais impõe escalonamentos e

sazonalidade às actividades produtivas e à organização social (SIMON, A, 2001,pp23). Estas imposições marcam a percepção e apropriação destes territórios, com especial significado nas zonas mais elevadas, onde as condições climáticas estabelecem maiores limitações, existindo uma clara oposição entre Verão e Inverno ao nível da presença humana e das actividades desenvolvidas. Assim, o Inverno traduz-se num longo período de inactividade, que implica significativas migrações sazonais e abandono de campos e habitações, levando ao decréscimo das relações sócio-culturais e exploração de recursos. O Verão representa o período de maior intensidade de ocupação e uso da montanha, ao nível dos trabalhos agrícolas e da procura turística. Embora a sua expressão temporal seja reduzida, é no Verão que os processos de transformação assumem a sua máxima expressão e os elementos destabilizadores são mais significativos, em virtude dos agentes externos que, com motivações diversas, procuram este espaço.

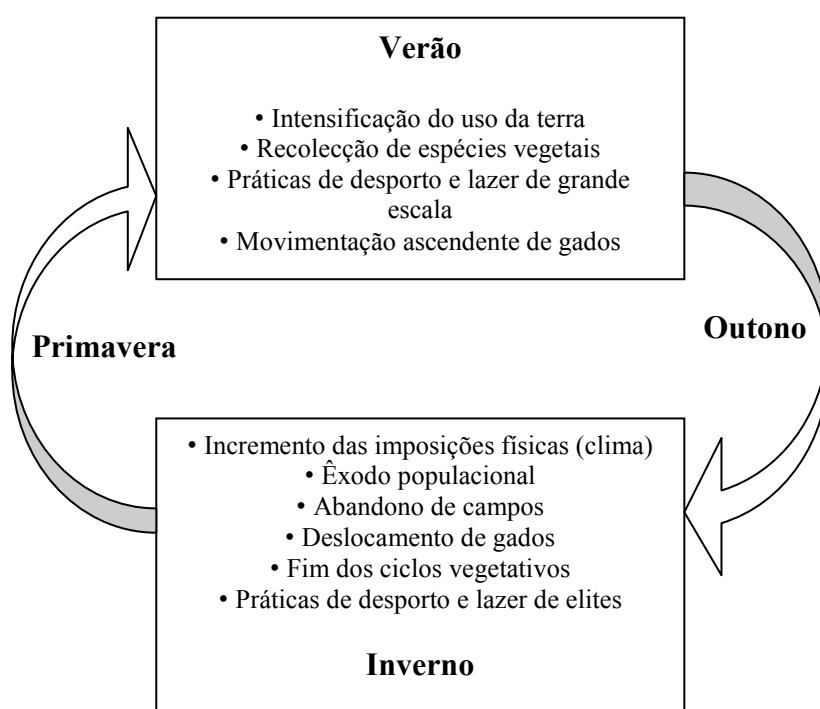


Fig 1. Movimentos sazonais e pluriactividade

A apropriação da montanha no quadro das sociedades agrárias é também o resultado de processos históricos de colonização do espaço tendo por base a procura das áreas mais favoráveis ao nível do acesso à água, terras para cultivo, floresta e pastos, zonas abrigadas dos ventos, de deslizamentos e avalanches. As descontinuidades topográficas e climáticas,

próprias do meio montanhoso, resultaram numa ocupação desigual e com configurações territoriais de formas variadas à escala do espaço intramontanhoso.

A oposição e interacção entre alto e baixo é uma constante das comunidades de montanha, sobre as quais se estabelecem os fluxos populacionais, as culturas e modos de vida, de forma interdependente e complementar. O escalonamento, em função da topografia e clima, oferece uma diversidade de condições que permitem o desenvolvimento do sistema agro-silvo-pastoril, fundado sobre a exploração de diferentes patamares ecológicos e a complementaridade com as zonas baixas. Para além da articulação e organização vertical do território, existem outras formas ligadas às dinâmicas económicas e/ou políticas. Estas provocam, por si mesmas, a ruptura de equilíbrios antigos e tendem a substituir uma economia agrária tradicional em crise, por novas actividades e lógicas espaciais (SACAREAU, I. 2003). Neste sentido, as escalas de gestão ancestrais de vertente, vale ou maciço desarticulam-se, sendo obrigadas a organizar o seu sistema a uma outra escala, regional, nacional e internacional, muitas das vezes desfasadas da especificidade do geosistema montanhoso, mas de acordo com os interesses e as exigências do sistema económico das áreas urbano-industriais de que a montanha está dependente.

A descontinuidade, a pluriactividade e a mobilidade constituem mecanismos de organização, controlo do território e exploração dos recursos. A utilização de grande variedade de meios, afim de diversificar as produções, constitui a forma de compensar a grande variabilidade climática e minimizar os riscos naturais. A organização em patamares¹, permite alargar e dispersar as parcelas de cultivo em função da altitude, exposição solar, natureza do solo e duração dos ciclos vegetativos. Neste âmbito, a vida na montanha é marcada por ritmos sazonais particulares que deixa as comunidades desocupadas em parte do ano, criando dificuldades de viver apenas dos recursos agro-pastoris, o que favorece uma forte mobilidade² das populações, originando uma sociedade de circulação em função das condições climáticas e ciclos vegetativos SACAREAU, I. (2003). Estes constrangimentos implicam um fenómeno comum à maioria das sociedades de montanha, que se traduz no desempenho de várias

¹ A diversidade de patamares ecológicos é favorável ao desenvolvimento de uma grande variedade de produções, muitas desconhecidas das zonas planas.

² *L'utilisation de la complémentarité des milieux montagnards a imposé le déplacement constant des hommes, des animaux et des produits d'une altitude a une autre, mais aussi de la montagne à la plaine, au grés des saisons* SACAREAU, I. (2003, p. 195)

actividades e nas migrações temporárias de trabalho, que originam um desequilíbrio territorial e simultaneamente uma abertura sobre novas dinâmicas económicas e sociais.

3. Os desequilíbrios sócio-económicos das montanhas mediterrânicas

As montanhas apresentam-se na actualidade como sistemas naturais e sociais desarticulados e desequilibrados, em virtude dos processos de apropriação e uso dos agentes económicos e da crescente pressão e submissão pelas áreas urbanas. O isolamento, a falta serviços e equipamentos, a precariedade das condições de vida e a pequena amplitude dos processos produtivos foram durante décadas os aspectos mais evidentes destas regiões. O desenvolvimento de vias de comunicação e outros meios de relação social contribuíram para atenuar esses condicionalismos, mas também para evidenciar as desigualdades entre os meios de vida, com os espaços urbanos, e recalcarem o sentimento de inferioridade (CABERO DIEGUEZ, V 1980).

Estes espaços, apesar de registarem um acréscimo de infra-estruturas de comunicação, energia, equipamentos colectivos e alojamento turístico, continuam a revelar acentuadas marcas de arcaísmo, onde a dureza das actividades, face às condições físicas (relevo acidentado, fortes declives, possibilidades agro-pastoris débeis e descontínuas e duras imposições climáticas) implicam uma organização do espaço e dos seus modos de vida para a subsistência. Estes elementos impõem um trabalho pouco produtivo, penoso, irregular e de baixa rentabilidade que têm contribuído para a saída de grandes contingentes de população e desarticulação da estrutura sócio-económica tradicional, alicerçada ao sistema agro-silvo-pastoril. Os espaços agrícolas vão sendo abandonados, ao ritmo do êxodo rural, progredindo assim os terrenos incultos e a florestação.

Até às décadas de 40 e 50, as montanhas mediterrânicas sofreram uma certa pressão demográfica, o que levou a um significativo arroteamento de terras, com aproveitamento de áreas de fraca vocação agrícola de grande declive e consequente rentabilidade marginal. A partir desta altura, verifica-se um forte fluxo migratório em direcção às áreas urbanas, especialmente do litoral, a pólos de especialização industrial e ao exterior. Esta perda de recursos humanos representa o processo mais significativo de subordinação e submissão das

regiões de montanha às zonas urbano-industriais, originando desequilíbrio na estrutura social e económica.

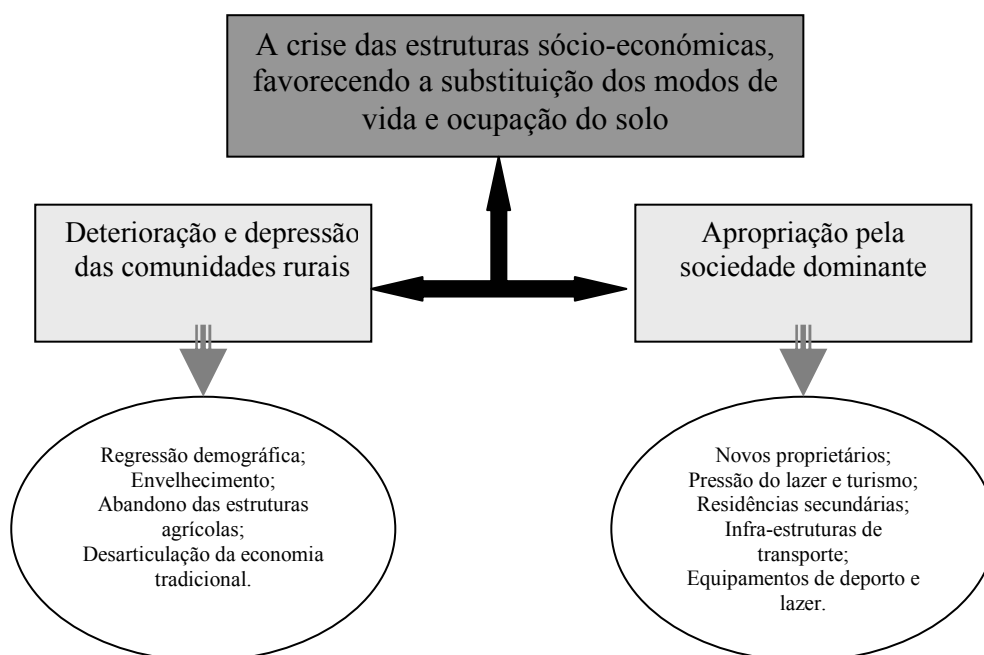


Figura 2 - Desarticulação da organização social e económica da montanha

A apropriação pela sociedade urbana de espaços ecológicos atractivos e de qualidade ambiental, especialmente dos espaços montanhosos mais próximos às áreas urbanas, em que as classes mais privilegiadas “colonizam” as terras libertadas pelos agricultores e pastores, levou a mudanças no uso e organização³ destes territórios. O desaparecimento das formas tradicionais de gestão territorial⁴, por um modelo administrativo institucional, conduziu a uma desarticulação das relações económicas e sociais estabelecidas, muitas delas de forma solidária, com consequentes rupturas na produção agro-pastoril e no uso de áreas comunais e baldios. Muitos destes terrenos foram apropriados, de forma coerciva, pelo Estado,

³ O Surgimento de mudanças produtivas e a introdução de novas formas de exploração dos recursos, contribuiu para o processo de desarticulação³ das bases sustentadoras do modelo social e territorial da montanha, dando origem a incompatibilidade de coexistência e desaparecimento de certas actividades tradicionais (ORTEGA VALCARCEL, 1989).

⁴ No sistema tradicional agro pastoril, cada núcleo, vale ou encosta constituía uma pequena sociedade com relativa autonomia, em que o comunitarismo era uma necessidade e indubitavelmente um elemento de coesão e solidariedade, com modos de vida e formas de uso do solo próprios, face aos ritmos e condições físicas da montanha (CABERO DIEGUEZ, V. 1980).

condicionando fortemente a sua forma de ocupação e modos de vida, estabelecidos com base na criação extensiva de gado.

As montanhas são submetidas, progressivamente, a formas de organização económicas e espaciais disjuntas e polarizadas por actividades externas, com capacidade reduzida de integrar a maioria dos elementos das comunidades locais. Estes processos vão originar, durante as décadas de 50 a 70: Perda acelerada de população, envelhecimento, desestruturação territorial, desaparecimento das organizações comunitárias e perda das infra-estruturas e serviços sociais. Estes problemas aliados aos fortes condicionalismos naturais e às aspirações sócio-económicas, originaram a partir da década de 50, um significativo êxodo rural, que reduziu e desarticulou fortemente estas comunidades.

A partir dos anos 60, estas regiões assistem a uma modificação profunda das suas comunidades e da sua organização territorial, o que implicou alterações significativas na paisagem e nos modos de vida. Assiste-se ao recuo das áreas cultivadas ao incremento dos incultos à degradação de estruturas ancestrais da economia e das relações sociais da montanha. Estes processos originaram uma ruptura com o sistema tradicional e uma submissão crescente dos espaços de montanha à lógica economicista geral. Esta situação quebrou a relativa autonomia existente das comunidades de montanha, que estabeleciam sólidas relações de coesão e solidariedade (CABERO DIEGUEZ, V. 1980)

A abertura ao exterior e a sua estrutura económica tradicional incrementam a suas debilidade, em relação às áreas baixas, arrastando-os para um processo de crise a que se vêem submetidas ao longo das últimas décadas

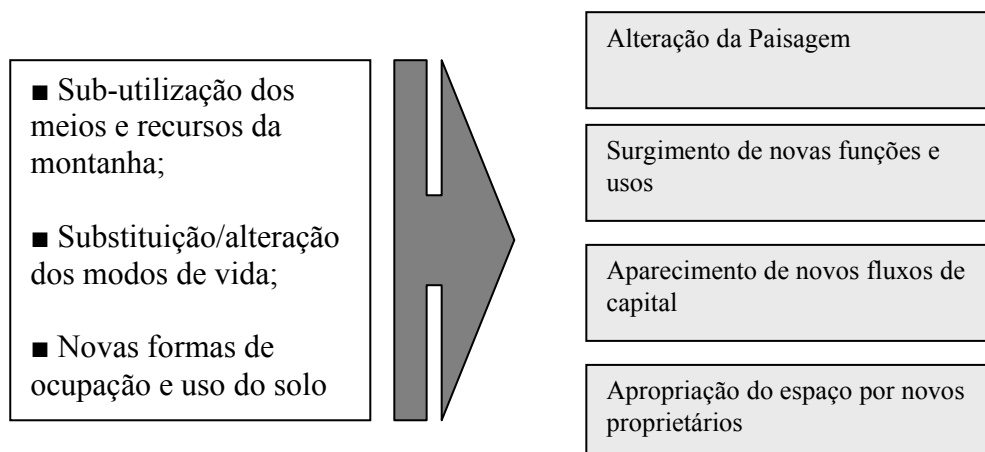


Figura 3 – Factores de ruptura com o sistema agro-pastoril tradicional

A evolução das sociedades e economias de base agrária a outras de hegemonia urbano-industrial promoveu mecanismos que iram alterar, de forma significativa, os sistemas social, económico e territorial sobre os quais se apoiava a exploração e organização das comunidades de montanha, baseados numa forte interdependência e frágil equilíbrio entre o meio natural e social. O crescente relacionamento com as áreas urbanas e a participação de novos agentes vem modificando gradualmente os comportamentos das comunidades locais, levando à sua reconfiguração produtiva, demográfica e territorial, em que tradicionalmente funcionavam estes espaços.

O modelo de espaço produtivo (agro-florestal e pastoril), que prevaleceu fundamentalmente até à década de 70, revela-se incapaz de integrar, face ao funcionamento actual do mercado, as características próprias das áreas de montanha, em virtude das condições naturais menos favoráveis, há excepção das regiões com produções muito específicas e de forte identidade, que podem subsistir graças a uma política exigente e apoiada na qualidade.

A crescente valorização dos espaços de grande integridade natural e detentores de um assinalável património ecocultural, leva a que as áreas de montanha, que constituem os ecossistemas mais bem conservados do continente europeu, conheçam nas últimas décadas um incremento da sua procura com motivações e interesses ligados às actividades de recreio e lazer. Neste sentido, assiste-se a novos investimentos, proprietários e usos, que dão a estes territórios outras funcionalidades, com incidências directas sobre o território em termos de alargamento da oferta hoteleira, equipamentos desportivos e segundas residências.

Nas últimas décadas assistimos a passagem destes espaços de marginais a protegidos e valorizados, em virtude dos seus recursos, da sua integridade e do património que encerram. Na actualidade, coloca-se um crescendo de preocupações no aproveitamento e gestão destas áreas, face à fragilidade que apresentam e aos novos desafios e cenários que se desenham, em virtude das suas funcionalidades e utilizadores. São espaços geradores de conflitos, pelas diferentes orientações ou interesses de gestão e uso, resultantes internamente pelos agentes interlocutores e população e externamente pelas políticas sectoriais esboçadas e potenciais consumidores. Sendo territórios económicos e demograficamente deprimidos, apresentam um

potencial paisagístico e ambiental capaz de fomentar o desenvolvimento, assente em princípios de sustentabilidade e com condições para alimentar uma actividade tão dinâmica como é o turismo⁵.

3. Fluxos e transformações nas serras da Cordilheira Central.

A organização da paisagem na Cordilheira central torna-se complexa, atendendo a que o conjunto montanhoso se encontra estruturado por uma erosão vigorosa, que faz alternar vale e interflúvios, encimados por superfícies de aplanção, com uma interdependência das áreas elevadas com a base, originando uma organização espacial escalonada segundo diferentes patamares, que nalguns casos se apresentam bem diferenciados, em função da topografia e das condições bioclimáticas, que impõem modos de vida próprios. A ligação e articulação do homem com este território tem-se feito de forma complexa e precária, a aferir pelas paisagens criadas e pelos proventos da sua presença (FERNANDES, G. P, 1998). Ao longo dos tempos a cordilheira tem sido ocupado de forma diferenciada, em função de factores políticos, económicos e sociais que, de forma integrada ou individual, imprimiram a esta área usos e valorizações distintas. Como espaço de características marcadamente montanhosas, apresenta fortes limitações às actividades humanas mas, também, um potencial de recursos e património⁶ de grande valor e significado.

A fase mais contemporânea caracteriza-se pela forma como tem sido afectado ao nível da transformação da sua ocupação e modos de vida, que se traduz de forma clara na perda de população a um ritmo acelerado, no declínio das actividades tradicionais e na reconfiguração da paisagem. Neste sentido, os reflexos mais marcantes destes processos originaram a perda

⁵ Apesar dos impactos que esta actividade pode imprimir sobre o ambiente, decorrentes essencialmente de alguma massificação, que já hoje se faz sentir em determinados períodos do ano, a sua capacidade como factor revitalizador da economia local e regional terá de ser potenciada, em virtude da multiplicação das motivações e interesses dos seus usufrutuários, que percebem estes territórios como guardiães dos valores naturais e de grande integridade cultural.

⁶ A sua área engloba de forma cruzada espaços vincadamente naturais com outros de grande valor histórico e cultural, que pela sua singularidade constituem áreas de grande valor e simbolismo, referentes quer à sua estrutura morfológica, à riqueza da sua fauna e flora, património edificado, dimensão cultural e etnográfica. Há também a assinalar diversas formas de povoamento e sistemas produtivos, onde se destaca as actividades primárias referentes à agricultura e pastorícia que aportam a estes espaços a genuinidade e autenticidade da montanha.

de identidade e o emergir de novas vocações e aproveitamentos, com incidências distintas ao nível económico, social e territorial. Estas mutações introduzem rupturas importantes na estrutura e nas inter-relações existentes neste espaço (LLORENTE, J.M., 1995). Nesta dinâmica, o declínio demográfico constituiu um dos indicadores que mais marcadamente reflecte este problema, com perdas de população superiores a 50% desde meados do século XX até à actualidade. Pode-se assinalar os anos 50 como o momento de viragem sócio-económica deste corredor montanhoso, para uma situação de acentuadas debilidades, se bem que já nos períodos anteriores o desenvolvimento era precário devido às limitações do meio e à reduzida amplitude dos sistemas produtivos (FERNANDES, G. 2001).

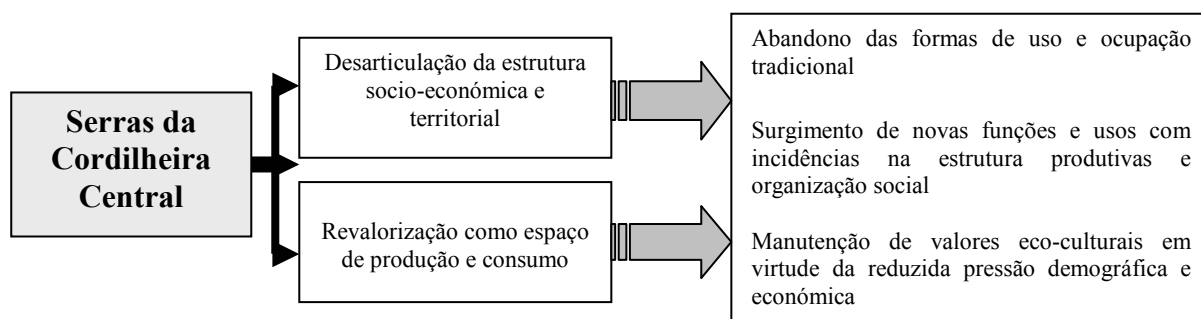


Figura 4 – Dinâmicas e desafios na cordilheira central

Como consequências tem-se registado uma perda acentuada de população activa, que procurou nos meios urbanos⁷ de maior dinamismo económico e no estrangeiro⁸, formas de vida que lhe possibilitassem rendimentos mais elevados e um aumento do bem-estar. A percepção das diferenças em termos de rendimentos, conforto e acesso a serviços evidenciou os desequilíbrios sócio-económicos e potenciou a mobilidade das populações. Em resultado, este espaço viu-se de forma progressiva afectado pelo envelhecimento e pelo dismantelamento e marginalização do seu sistema produtivo assente na agricultura e pastorícia. A par deste processo regista-se a escassez de iniciativas inovadoras, capazes de aproveitar os recursos endógenos e promover o desenvolvimento, com excepção para as actividades de recreio e lazer. Há também a assinalar um certo esquecimento destes territórios

⁷ Em Portugal este processo foi direccionado para as áreas urbanas do litoral com destaque para Lisboa e Porto. Em Espanha Madrid pela sua proximidade geográfica e pelas possibilidades económicas oferecidas destacou-se.

⁸ Os países da Europa ocidental, com destaque para a França, Alemanha e Suíça, foram os que receberam maiores contingentes de população, em virtude da grande necessidade de mão-de-obra para a construção do país e estruturação do sistema produtivo do pós-guerra.

e seus recursos pelas entidades administrativas, que só nas últimas três décadas reconhecem a sua especificidade, o seu potencial e fragilidade.

Na actualidade a desestruturação sócio-económica mantém-se, dando em simultâneo lugar ao surgimento de novas perspectivas de exploração do espaço onde é necessário evitar a destruição do rico património natural e cultural, que constitui a base de referência para a melhoria do nível de vida nestas serras. As serra da Estrela e Béjar constituem os espaços de maior altitude deste extremo ocidental, cujos valores se aproxima dos 2000 metros no caso da primeira, sendo ultrapassado em Béjar (2425 m.). Ambas as serras apresentam diferenciações assinaláveis entre a vertente oriental e ocidental, em termos de morfologia⁹, vegetação e ocupação humana. As serras de transição, Lousã, Gardunha, Malcata, Gata e Francia, em função da sua altitude, podem ser consideradas como montanhas médias, mas bem individualizadas em relação aos espaços baixos adjacentes. Em termos morfológicos apresentam-se mais arredondadas e sem limitações ecológicas tão vincadas como as anteriores, embora bastante condicionadas para a acção do homem. São espaços de grande uso florestal e com actividades agrícolas e pecuárias realizadas de forma extensiva.

Este corredor montanhoso encontra-se num processo de funcionamento complexo, onde a transformação da paisagem e dos sistemas produtivos aparecem marcados por novas formas de apropriação, com motivações e conotações distintas, especialmente relacionados com actividades de recreio e lazer (FERNANDES, G. 2001).

Numa visão retrospectiva das alterações e transformações sofridas ao longo do último século, período onde o espaço montanhoso sofre as maiores modificações em termos de posse e uso da terra, bem como da forma como é percebido, podemos estabelecer três fases. Até à primeira metade de século XX, este espaço caracterizou-se, pela manutenção das formas de vida e sistemas de produção tradicionais, embora se dê início a alterações na gestão do território, que vão marcar um novo ordenamento destas áreas de montanha. Num primeiro momento, relativa às três primeiras décadas, procedeu-se à apropriação dos baldios e das áreas florestais por entidades públicas, que se traduziu no desaparecimento progressivo de

⁹ As vertentes conservam marcas da era quaternária, em função dos circos glaciares bem desenvolvidos, como os da Nave de Santo António, Trampal, La Solana, Hoya Mayor e Hoyuelas, dos lagos glaciares de que se destacam a lagoa comprida e o vale glacial do Zêzere, cuja sua dimensão, imponência e conservação, o torna dos mais preservados da Península Ibérica. As suas potencialidades hídricas e biogeográficas incrementa-lhe o seu interesse quer em termos económicos, quer científico-culturais.

entidades comunais e no surgimento, em simultâneo, de pequenos proprietários. Este processo restringiu a actividade de pastorícia, em virtude das limitações e imposições criadas à deambulação dos gados e levou ao aparecimento de novas formas de delimitação da propriedade, bem como à necessidade de incremento da actividade agrícola, mercê do acréscimo populacional que a montanha registava. Procedeu-se, desta forma, a um aproveitamento mais rigoroso do espaço, que levou à ocupação de terras marginais e à construção indiscriminada de socalcos como meio de obtenção de terra para cultivo¹⁰. Esta patente neste período uma crescente exploração dos recursos naturais e uma intervenção administrativa visando a sua gestão e exploração, especialmente dos baldios, que marcou profundamente a ocupação do solo e as comunidades locais, que se relacionavam de forma cooperante e solidária.

A vinha, o olival e algumas árvores de fruto foram-se difundindo para áreas cada vez mais distantes, especialmente das vertentes meridionais, enquanto a batata, centeio e trigo subiram em altitude até limites outrora impensáveis. Houve a necessidade de produzir em sistema de policultura, de modo a suprimir as necessidades alimentares do núcleo familiar e de fragmentar as propriedades por força da divisão por herança.

A exploração florestal sofreu neste período um forte impulso, pela preocupação de rentabilização das áreas menos próprias para a agricultura, onde o pinho obteve o protagonismo da ocupação. Esta situação foi geradora de conflitos entre pastores, pequenos proprietários e entidades governamentais, pelas incompatibilidades criadas no uso do solo, constituindo uma das primeiras políticas de gestão da montanha e um forte revés para a organização destas comunidades e aproveitamento agro-pastoril. Estas imposições de florestação, e de limitação do uso de determinadas áreas, especialmente dos baldios, despoletou um sentimento de frustração com as entidades administrativas e a perda de certas actividades tradicionais, de que se destaca a transumância.

¹⁰ A vinha, o olival e algumas árvores de fruto foram-se difundindo para áreas cada vez mais distantes, especialmente das vertentes meridionais, enquanto a batata, centeio e trigo subiram em altitude até limites outrora impensáveis. Houve a necessidade de produzir em sistema de policultura, de modo a suprimir as necessidades alimentares do núcleo familiar e de fragmentar as propriedades por força da divisão por herança (FERNANDES, G. 2001).

A produção eléctrica começa a ser outra das formas de exploração da montanha, ao nível dos seus recursos hídricos, o que levou à construção de numerosas barragens e ao incremento da acessibilidade a estes locais, potenciando a instalação de novas actividades. A vocação turística é outra das funções que revela crescimento em função da sua dimensão natural, da riqueza paisagística e do reconhecimento medicinal, embora com reduzida expressão em termos de meios de acolhimento.

A partir dos anos cinquenta assiste-se claramente ao período de crise do sistema agrário tradicional e do sistema territorial em que se apoiava, levando à desestruturação das comunidades de montanha, que estavam orientadas no aproveitamento dos recursos naturais (TROITIÑO VINUESSA, M.A., 1985). Este processo criou fortes limitações à evolução económica e social deste espaço e a ausência de uma estratégia integrada de desenvolvimento levou ao seu “desmoronamento” (FERNANDES, G. 2001).

Face às dinâmicas detectadas, que se reflectem no aproveitamento marginal do policultivo, rentabilidade económica negativa e redução da criação extensiva de gado, a mobilidade da população toma grande significado, pela sua evolução penalizadora, em virtude da forte migração em direcção às principais áreas urbanas e exterior. O sector industrial tradicional vai perdendo de forma crescente o seu dinamismo, traduzindo-se no encerramento de grande número de estabelecimentos que incrementam a instabilidade económica e social. Os escassos progressos ao nível de infra-estruturas de acesso e equipamentos sociais, pouco contribuíram para o surgimento e fixação de novas indústrias que possibilitem a criação de empregos e o progresso deste espaço. Houve contudo, neste período, o incremento e difusão dos equipamentos de turismo, onde se destacam as unidades hoteleiras e residências secundárias.

A partir dos anos 60 iniciou-se uma fase de expansão turística, com o alargamento das unidades hoteleiras e equipamentos de desportos de Inverno, especialmente nas serras da Estrela e Béjar. Contudo, estes dinamismos não foram, até ao momento, suficiente para a resolução dos problemas sentidos e para a revitalização demográfica, que atingiu valores preocupantes e põem em perigo a manutenção de determinadas actividades e de alguns processos ecológicos.

Numa visão de conjunto, poderemos verificar que a economia tradicional baseada na agricultura, pecuária e silvicultura, tem a partir dos anos cinquenta grandes dificuldades de

desenvolvimento. As actividades agrícolas ficaram fortemente limitadas, tendo pouco significado nas áreas mais elevadas, embora apareçam espaços ainda ocupados, que traduzem sinais de arcaísmo. As áreas baixas sofreram um incremento e diversificação das produções. As estruturas agrárias apresentam-se desarticuladas e a continuidade das pequenas parcelas são um sério obstáculo à revitalização económica, quer por especialização agrícola, quer por conversão em unidades de recreio. Porem, verifica-se um incremento das áreas ocupadas com matos e florestas e o surgimento nas áreas baixas de algumas produções inovadoras, ligadas especialmente às árvores de fruto.

Numa última fase, há a assinalar a expansão das actividades de recreio e lazer, que registam um alargamento significativo durante as últimas décadas, pondo em funcionamento novas formas de ocupação e uso do espaço, que tornam a montanha como um local de grandes potencialidades turísticas. Estes factos têm contribuído para o surgimento de novos proprietários e funções, numa lógica crescente de rentabilização económica destes territórios, originando investimentos ao nível imobiliário e de equipamentos desportivos, que têm transformado a paisagem destas serras e incrementado a sua procura. Esta situação, a par com a crescente necessidade de preservar territórios de grande valor ecológico, promoveu o desenvolvimento de políticas de gestão e ordenamento, que levaram à classificação destes territórios em áreas protegidas, nomeadamente em parques e reservas naturais. Destacam-se assim, o Parque Natural da Serra da Estrela e Reserva Natural da Serra da Malcata em Portugal e Os Parques Naturais da Serra da Gata, Francia e Monfrague em Espanha.

Estas regiões, têm sido alvo de uma política conservacionista e proteccionista que visa, com base em parâmetros ambientais, a restrição de usos, bem como a sua classificação como espaços naturais protegidos. Esta política permitiu, por um lado a salvaguarda e manutenção das suas características ecológicas, mas levou, por outro, à sua não valorização como espaço de relação e equilíbrio social, económico e ambiental.

Conclusão

A evolução e percepção da cordilheira têm sofrido ao longo do tempo alterações significativas, em virtude do conhecimento das suas diversas potencialidades, da conotação económica e social a que tem estado exposta, passando de espaço marginal e de articulação territorial complexa e conflituosa, a espaço complementar e de valorização eco-cultural.

A especificidade territorial da montanha, em virtude das condições físicas que a estruturam, implicou, desde sempre, uma ocupação diferenciada ao longo do tempo e com modos de vida próprios. A expressão natural e a deficiente acessibilidade associam estes espaços quer à dureza e sacrifício no desenvolvimento de actividades económicas, quer ao misticismo e transcendência. A riqueza natural e cultural constituem de forma acrescida referências para a sua promoção, pese embora as suas debilidades estruturais, relacionadas com uma penalizadora evolução demográfica e com a reduzida amplitude da sua estrutura produtiva.

Os agentes públicos têm uma responsabilidade acrescida no uso, ocupação e divulgação destes espaços, de forma à utilização racional e sustentável. Torna-se necessário desenvolver iniciativas que dêem a conhecer as diversas potencialidades destas regiões, promovam o seu espaço, a sua cultura e economia, reclamem um modelo de desenvolvimento que reconheça os problemas estruturais e apele para uma visão atenta, cuidada, de valorização e cooperação específica com estes locais, que continuam a ser verdadeiros reservatórios naturais e histórico-culturais.

Bibliografia

BROC, N. – “Le milieu montagnard : naissance d’un concept”, *Revue de Géographie Alpine*, nº 2-3-4, pp 125-153, Grenoble, 1984

BROGGIO, C. – “Les enjeux d’une politique montagne pour l’Europe », *Revue de Géographie Alpine*, nº 4, pp 27-41, Grenoble, 1992

CABERO DIEGUEZ, V. - “La despoblacion de las areas de montaña en españa y la transformacion del habitat. El ejemplo de las montañas galaico-leonesas (Sanabria y la Cabrera)”, *Supervivência de la montaña, actas del Colóquio hispano-francês sobre las áreas de montaña*, Ministério de Agricultura, servicios de publicaciones agrárias, Madrid, 1985.

CABERO DIEGUEZ, V. - “Património Ambiental: Percepção, Gestão y Problemas”, in *Actas simposium - La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa*, Vilar Formoso, 1996.

CHAMUSSY, H. - “A propos de la spécificité des espaces de montagne” in *Revue de Géographie Alpine*, LXXVII,1-2-3, pp279-291, 1989.

COMMISSION EUROPÉENNE – *Une politique pour les Zones de Montagne*, Comité Economique et Social, CES 461/86, Bruxelles, 1988.

DIRY, J.- “ Moyennes montagnes d’Europe occidentale et dynamiques rurales ”, *Revue de Géographie Alpine*, nº 3, pp 27-41, Grenoble, 1995.

DRAIN M. - “Les enjeux de l’eau dans les montagnes de la péninsule Ibérique ”, *Moyennes Montagnes Européennes. Nouvelles fonctions, nouvelles gestions de l’espace rural*, CERAMAC, Université Blaise Pascal, Clermont-Ferrand, 1999.

EAGLES, Paul, McCOOL, Stephen & HAYNES, Christopher (2002) – *Sustainable tourism in protected areas. Guidelines for planning and management*, IUCN, UK.

FERNANDES, G.P. – “Turismo em Regiões de Montanha: dimensão significado e perspectivas para a Serra da Estrela” *Beira Interior Região de Fronteira: Actualidades e Perspectivas*, UBI, Covilhã, 1998.

FERNANDES, G.P. - A dinâmica do espaço montanhoso e o seu potencial turístico: Uma avaliação para a Serra da Estrela” *Desenvolvimento Rural: Desafios e Utopias*, CEG, FLUL, Lisboa. 1999.

GARCÍA ALVAREZ, A. - “Delimitacion de la montaña y critérios para su ordenacion”, in *actas del Colóquio hispano-francês sobre las áreas de montaña*. Ministério de Agricultura, servicios de publicaciones agrárias, Madrid, 1985.

GURRIA GASCON - *El paisaje de montaña en Extremadura (delimitacion, economia y Poblacion)*. Serv. de publicaciones de la Universidade de Extremadura, Cáceres, 1984.

LLORENTE PINTO, J.M. - Organizacion del paisaje e explotacion humana en las Sierras de Francia y Gata. *Tesis Doctoral*, Universidad de Salamanca, Salamanca, 1989.

MARTINEZ DE PISÓN, E.- “Los conceptos y los paisajes de montaña”. *Supervivência de la montaña, actas del Colóquio hispano-francês sobre las áreas de montaña*. Ministério de Agricultura, servicios de publicaciones agrárias, Madrid, 1985.

PLAZA GUTIERREZ, J. - “El espacio Geografico de las zonas de montaña. variedad de situaciones, variedad conceptual y tardio y variado tratamiento. El ejemplo Castellano-Leones; *XI Congreso Nacional de Geografia*, Vol II Comunicaciones; Ed. Asociación de Geógrafos Españoles y Universidad Complutense de Madrid; Madrid, 1989.

POINARD, M. “En torno al sector central de la raya” in *Actas simposium - La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa*, Vilar Formoso, 1996.

REIGADO, F.M. - Raia central e desenvolvimento transfronteiriço, in *Raya/Raia*, Cáceres 1996.

RIBEIRO, O. - “L’ocupation humaine des montagnes”, in *Opúculos Geográficos, Vol IV*, FCG, Lisboa 1996.

RODRIGUEZ ARZUA, J. - “ Evolución de la comarca Sierra de Francia (Salamanca)” *XI Congresso Nacional de Geografia Agrária. Vol. II*. pp.258-266.

SANCHES, J. - “La política de desarrollo rural en áreas de montaña: de la visión sectorial al enfoque integrado”, in *Cambios Regionales a Finales de siglo XX*, AGE, Universidad de salamanca, Salamanca, 1995.

SIMON, A. – «Hautes et moyennes montagnes : étude comparative », *Les montagnes objets géographiques, Ellipses*, Paris, 2001a.

SIMON, A. – « Fréquentation, aménagement et protection des espaces montagnards voués au tourisme et aux loisirs », *Les montagnes objets géographiques, Ellipses*, Paris, 2001b.